



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

**TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS**  
***ESPECIFICIDADES ACADÊMICAS E CORREÇÃO ÉTICA***

**CEDECIT**  
Comitê de Ética para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Porto Alegre, agosto de 2007.

**PUCRS**

**Campus Central**

Av. Ipiranga, 6681 – P. 01 – sala 302 – CEP: 90619-900

Fone: (51) 3320-3513 – Fax (51) 3320 – 3515

E-mail: [prppg@pucrs.br](mailto:prppg@pucrs.br)

[www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)



## *Sumário*

<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2 – HISTÓRICO</b>	<b>4</b>
<b>3 – TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS NA PUCRS – EXPECTATIVAS ACADÊMICAS E ÉTICAS</b>	<b>6</b>
<b>4 – TRABALHOS ACADÊMICOS QUE NÃO RESPONDEM AOS REQUISITOS DE INTEGRIDADE ÉTICO-CIENTÍFICA – DIRETRIZES DE ENCAMINHAMENTO DA QUESTÃO</b>	<b>8</b>
<b>Considerações iniciais</b>	<b>8</b>
<b>A questão dos trabalhos científica e eticamente adequados: alguns encaminhamentos pedagógicos</b>	<b>9</b>
<b>A questão das sanções gerais a trabalhos eticamente impróprios ou ilegais</b>	<b>10</b>



## 1 – INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo principal caracterizar, especificamente no âmbito da PUCRS, porém em consonância com diretrizes e tradições consagradas nacionais e internacionais, o que se entende por e se espera de um trabalho universitário, seja em nível de graduação – Trabalho de Disciplina, Monografia ou Projeto de Conclusão de curso de graduação – seja em nível de pós-graduação, *lato sensu* – Monografia ou Trabalho de conclusão de curso de especialização – ou *stricto sensu* – Trabalho de Disciplina, Dissertação de Mestrado e Tese de Doutorado, em termos de consistência acadêmica e correção ética. Além disso, pode-se sustentar que do aqui exposto se podem inferir princípios básicos que valem igualmente para todo e qualquer trabalho elaborado por estudantes universitários, incluindo artigos de conclusão de disciplinas, de acordo com e em proporção ao estágio de maturidade intelectual e autonomia de pesquisa dos estudantes.



## 2 – HISTÓRICO<sup>1</sup>

Como as próprias universidades, as origens dos trabalhos de conclusão de ciclos de estudos superiores, protótipo de todos os trabalhos universitários atuais, remontam ao Medievo. Tais trabalhos se instituem historicamente como selos de proficiência que serviam essencialmente, não obstante suas inúmeras diferenças conforme a tradição ou instituições que os outorgavam, a um duplo objetivo: cancelar a qualidade científica e erudição da trajetória acadêmica dos candidatos e franquear o caminho que viria a culminar na *venia legendi*. Títulos como os de *doctor* e *magister*, por exemplo, surgem já em meados do século XII, ao que tudo indica na Universidade de Bolonha<sup>2</sup>, e logo após já estão estabelecidas as distinções clássicas que até hoje têm vigência em boa parte das universidades da área de influência germânica – *dr. phil.*, *dr. theol.*, *dr. med.*, *dr. rer. nat.*, etc.

Os desenvolvimentos posteriores são inumeráveis e conduzem a uma vasta diversificação de denominações e abrangências, conforme o sítio geográfico e as particularidades históricas de regiões, países e instituições. O que permanece constante é a importância pedagógica do trabalho em si e de sua defesa ou sustentação como momentos de retorno à sociedade da ciência desenvolvida na academia. Trabalhos de conclusão de curso se constituem em importantíssima dimensão de produção acadêmica, devendo por isso se configurar em expressões científica e eticamente adequadas de um processo íntegro de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Para fontes históricas facilmente acessíveis, cf. ULLMANN, R. A. *A universidade medieval*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. No que diz respeito aos temas aqui em questão, cf. especialmente as páginas 97-287.





Por sua vez, a história dos trabalhos de conclusão nas universidades brasileiras se confunde com a própria e complexa história destas instituições em nosso país<sup>3</sup>. A universidade brasileira, em sua curta, porém muito atribulada história, gerou uma enorme gama de variações a respeito deste assunto, o que levou a uma imensa variedade de entendimentos a respeito do tema. Na maior parte dos casos, porém, havendo as instituições brasileiras, em muitas oportunidades, derivado de estruturas formais escolares, pouco valor foi atribuído ao trabalho acadêmico autônomo e aos resultados de pesquisa em termos de sua autoria científica; na maior parte dos casos, o diploma do curso de graduação era chancela suficiente de proficiência científica. É apenas a partir da criação e crescente consolidação do sistema nacional de pós-graduação que a dimensão própria de trabalhos autônomos, elaborados com o apoio de um orientador, nos moldes da grande tradição universitária estrangeira, passou a assumir o valor que intrinsecamente lhe pertence na formação do estudante. E, mesmo neste caso, dada a defasagem acentuada entre o momento histórico das universidades nacionais e a tradição internacional consagrada, vários mal-entendidos acabaram por dificultar, por exemplo, a compreensão da posição do trabalho universitário de final de curso no conjunto da formação do estudante. Assim, teses de doutorado – internacionalmente reconhecidas como chancela de capacidade autônoma de pesquisa de alto nível, e nada mais – assumiam entre nós a posição de verdadeira *conclusão* ou coroação de uma carreira acadêmica, e não de seu *início*, em um mal-entendido de graves conseqüências (em países de grande tradição universitária, a tese de doutorado não habilita para a cátedra, e apenas parcialmente para a docência; observe-se, por exemplo, que no sistema alemão tradicional, após o doutorado segue-se o processo de habilitação à cátedra – *Habilitationsverfahren* –, que culminará em uma *Habilitationschrift*, a qual poderá ou não ser aceita como início da docência acadêmica oficial; na França teríamos, em correspondência, a formação na *École Normale Supérieure*,

---

<sup>2</sup> Cf. ULLMANN, op. cit., p. 140 ss.

<sup>3</sup> Cf. SOUZA, Ricardo Timm de Souza, *O Brasil filosófico – história e sentidos*, São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 57 ss.



etc.)<sup>4</sup>. Tais mal-entendidos – se, após a generalização de mestrados, por um lado, atenuavam a complicada situação em que se constituía a ocupação, por recém-formados, da grave posição de docentes universitários, dada a exigência de Mestres para seu exercício – acabaram por, em muitos casos, viciar a compreensão da academia como uma instituição dinâmica, na qual títulos por si só nada significam sem a correspondente produção científica que se espera dos titulados, em uma danosa *formalização* de posições e competências<sup>5</sup>.

A gradativa maturação do sistema nacional de pós-graduação, por sua vez, acabou por atuar como um corretor, ainda que parcial, destes vícios. O aumento da oferta de cursos de pós-graduação de boa qualidade, a crescente visibilidade dos trabalhos<sup>6</sup>, muitas vezes editados, o acompanhamento da CAPES e, especialmente, a criação da base de currículos LATTES – onde todos os pesquisadores devem registrar sua produção de forma acessível e transparente, prestando assim contas à sociedade com relação à sua produção efetiva, em uma saudável *visibilização social* do trabalho acadêmico –, acabaram por reordenar a paisagem da pós-graduação brasileira em termos mais atualizados e internacionalmente aceitáveis.

O que acima se referiu no que diz respeito a trabalhos especificamente de conclusão de cursos ou programas de pós-graduação valerá igualmente, dada a concepção aqui assumida de processo pedagógico e em suas devidas proporções, para trabalhos universitários outros que não apenas os de conclusão de ciclos de estudo, como é o caso, por exemplo, de trabalhos de disciplinas de graduação ou pós-graduação. Denomina-se aqui, portanto, como *trabalho universitário*, todo e qualquer trabalho realizado oficialmente por estudantes na universidade, uma vez que as diretrizes de integridade ético-científica de sua elaboração são, em sua formulação geral, as mesmas, independente do nível de maturidade acadêmica do estudante.

<sup>4</sup> A instituição da Livre-docência nas universidades brasileiras constituiu-se historicamente em uma tentativa de corrigir este estado de coisas, mas com limitado alcance.

<sup>5</sup> Cf. SOUZA, R. T., op. cit., p. 16-34.

<sup>6</sup> Neste sentido, é bem-vinda a portaria 13/2006 da CAPES, que determina que teses e dissertações sejam disponibilizadas pela Internet.





### 3 – TRABALHOS UNIVERSITÁRIOS NA PUCRS – EXPECTATIVAS ACADÊMICAS E ÉTICAS

Após a acertada opção pela valorização da pós-graduação, com o enorme esforço aí implicado, a PUCRS pode colher, pelo menos já a partir de meados da década de 1990, os frutos dos investimentos feitos em recursos humanos e materiais no que diz respeito à qualidade e abrangência das pesquisas acadêmicas, o que a coloca em posição de grande destaque no contexto nacional das universidades particulares. Estatuiu-se com a cultura da pesquisa e da produção científica um decisivo diferencial em termos de materialização do conhecimento universitário que, consolidando-se, recriou e qualificou enormemente a cultura universitária, rompendo em boa parte com os modelos pedagógicos de feição escolar, remanescentes dos períodos anteriores ao estabelecimento e consolidação dos programas de pós-graduação na universidade.

Esta observação é importante na medida em que a característica institucional fundamental dos diversos níveis de graduação e pós-graduação, resguardadas suas especificidades, é a criação de níveis crescentes de *autonomia acadêmica* dos estudantes. Uma universidade que, no contexto nacional, opta pelos padrões internacionais de qualificação de seus estudantes, como é o caso da PUCRS – na qual graduação e pós-graduação são cada vez mais integradas e interpenetrantes, igualmente segundo modelos consagrados internacionalmente –, hipoteca sua confiabilidade acadêmica ao *processo* de formação antes que a *resultados* fixos, corporificados originalmente pelo *diploma*, ainda que de especialização, mestrado ou doutorado. Em sendo contemporaneamente a Educação – mais uma vez segundo corretos e consagrados padrões internacionais – sempre entendida como *processo*, e não como acúmulo estático de conhecimentos<sup>7</sup>, é evidente por si mesma

---

<sup>7</sup> Cf. a respeito as recorrentes e muito necessárias discussões, por exemplo, a respeito da questão da *interdisciplinaridade*.



a compreensão dos trabalhos universitários como *momentos privilegiados de visibilidade* deste processo, e como tal devem ser considerados e valorizados.

Neste sentido, evidencia-se igualmente o entendimento de que:

- a) trabalhos universitários, em qualquer nível, da graduação ao doutorado, representam um testemunho palpável e socialmente devido por aqueles que constituem a academia, professores e estudantes, devendo, portanto, ser confeccionados com o máximo cuidado científico e ético;
- b) tais trabalhos fazem parte de um processo universitário maior de formação, e serão sempre avaliados em conjunto com o desempenho global de seus autores, tanto no momento da defesa quanto ao longo de sua história acadêmica, não podendo ser desconectados desta história, da qual são parte legítima e necessária;
- c) apenas no caso de tese de doutorado exitosamente defendida e institucionalmente legitimada se atinge *formalmente* o que se entende internacionalmente como autonomia plena de pesquisa; assim sendo, quaisquer membros da comunidade universitária, de graduandos a doutorandos, são *de facto* estudantes, e é nesta condição que devem ser tratados;
- d) da mesma forma, e por coerência necessária, os produtos dos esforços dos estudantes – monografias, dissertações e teses antes da entrega de suas cópias definitivas, enquanto permanecem na condição, exatamente, de monografias, dissertações e teses em sua etapa final de elaboração (ou seja, quando não são publicadas por via impressa ou digital nem bibliograficamente indexadas) – são produtos formalmente internos à universidade, e externos apenas quando do momento de defesa pública, pelo rito da própria defesa pública, do momento de trabalho em que se encontram os estudantes seus autores em seu processo de obtenção de autonomia acadêmica que se dará de modo pleno após a conclusão do doutorado;





- e) a avaliação de tais trabalhos, por princípios não apenas eticamente evidentes como inclusive legais e constitucionais, partirá naturalmente do princípio de boa-fé e idoneidade dos estudantes autores, havendo quaisquer incorreções percebidas de serem imediatamente corrigidas por quem de direito, a bem do processo formativo em curso; não se portarão bancas de avaliação de trabalhos como comissões inquisitoriais<sup>8</sup>, mas como instâncias academicamente críticas do trabalho realizado;
- f) em suma, em todos os momentos da formação acadêmica devem ser constantemente observados os princípios pedagógicos e científicos da integridade da pesquisa e do trabalho final em termos científicos e éticos.

---

<sup>8</sup> Países há que mantêm, para as bancas de avaliação de trabalhos de doutorado, a denominação de *tribunais*, notadamente na Península Ibérica; nem por isso portam-se tais tribunais de forma judicativa, mas antes avaliativa. Por outro lado, há universidades – na Alemanha, Suíça e Áustria, por exemplo – em que nem ao menos há defesa do trabalho escrito (tese): a aceitação desta pelo orientador e sua exposição pública é apenas uma das pré-condições para os exames finais propriamente ditos, o conjunto de provas orais denominadas tradicionalmente *Rigorosum*.



## **4 – TRABALHOS ACADÊMICOS QUE NÃO RESPONDEM AOS REQUISITOS DE INTEGRIDADE ÉTICO-CIENTÍFICA – DIRETRIZES DE ENCAMINHAMENTO DA QUESTÃO**

### *Considerações iniciais*

A proliferação de informações por meios virtuais e a facilidade irrestrita de obtenção de dados por via da Internet praticamente relegaram ao passado as formas tradicionais de contrafação de trabalhos científicos, baseados em transcrição de obras ou trechos de obras impressas de obtenção relativamente descomplicada e assim facilmente identificáveis. Cópias e plágios, contemporaneamente, dão-se em escala imensa, exatamente pela superabundância de material disponível no universo virtual<sup>9</sup>. Não menos notável é que pessoas e grupos utilizem-se da própria Internet para oferecer abertamente seus serviços ilícitos. O fato é que os mesmos mecanismos que favoreceram a disseminação exacerbada de informações acabaram por abrir novas vias de cometimento de ilícitos, ao favorecerem a elaboração de trabalhos copiados de difícil ou impossível detecção. Este é um dado que não pode ser ignorado por quem se preocupa hoje pela integridade da pesquisa científica e de seus produtos<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Veja-se, por exemplo: no Brasil, há páginas de Internet e pessoas especializadas em elaborar trabalhos copiados “indetectáveis”, seja pela montagem de textos nacionais e/ou estrangeiros a partir de textos de identificação extremamente difícil ou virtualmente impossível, seja pela tradução de obras ou trechos recentes indisponíveis em língua pátria; na Alemanha, atualmente, há estimativas que em cerca de 60% dos trabalhos elaborados na área da Germanística encontram-se elementos que podem ser classificados como copiados ou plagiados de outras obras.

<sup>10</sup> Não se entrará aqui no mérito da questão de direitos autorais no universo virtual, por não ser alvo das presentes preocupações, o que não significa que tal não seja entendida como uma questão de enorme relevância.



Por outro lado, as novas gerações, educadas já em ambientes de troca praticamente irrestrita de dados e informações, não estão sendo em geral adequadamente educadas para as distinções entre trabalho próprio e alheio<sup>11</sup>. A tentativa de quantificar estes valores, tal “tolerância”, traduz a óbvia desorientação com que se vêem efetivamente confrontados os educadores que têm de lidar com a situação acima descrita. E não há razões para crer que escolares educados em tais hábitos não se transformem em estudantes universitários com hábitos semelhantes ou mais acentuados de indistinção entre o *próprio* e o *alheio*. Aliás, a experiência docente em cursos de graduação evidencia muitas vezes o total despreparo de estudantes para ocuparem o que é essencial ao próprio *status* de estudantes: o assumir gradativo da *autoria* do seu fazer científico, cuja expressão mais clara e palpável deveria ser, exatamente, a confecção de trabalhos universitários cientificamente consistentes e eticamente adequados, que tornassem esta autoria socialmente verificável.

***A questão dos trabalhos científica e eticamente adequados: alguns encaminhamentos pedagógicos***

Infere-se do exposto que trabalhos científica e eticamente adequados não são apenas um detalhe a mais na formação do estudante, mas a expressão mais sólida de uma verdadeira cultura universitária em termos da responsabilidade científica, social e profissional da instituição. A questão que se coloca, portanto, em termos pedagógicos, é a da viabilização da tomada de consciência de tal fato por parte dos estudantes, e traduz-se da seguinte forma: como encaminhar pedagogicamente uma sólida cultura de elaboração de trabalhos científicos íntegros ao longo do processo de formação dos estudantes, no que diz respeito ao tema em questão?

---

<sup>11</sup> Em certas escolas norte-americanas, por exemplo, tolera-se que até 40% dos textos elaborados por escolares sejam transcrições de textos da Internet.





Estabelecem-se como fundamentais para a criação e consolidação de uma tal cultura ao menos três elementos de primacial importância na formação do estudante:

1. Apropriação dos saberes: A clareza, por parte dos professores e da comunidade universitária em geral, do *sentido* pedagógico real da prática docente: o *estudo*, ou seja, a apropriação crítica e recriação dos saberes por parte dos estudantes, que leva, por paulatina maturação, à formação de cidadãos plenamente responsáveis pelo seu conhecimento, que ajam em concordância com o objetivo ético fundamental de promoção e proteção do ser humano em sua dignidade, da vida em geral e do ambiente;
2. Autoria intelectual responsável: Ao estudante, há que instruí-lo a respeito do acima exposto, procurando corrigir os vícios herdados de uma escolarização em que a distinção entre a produção intelectual própria e a alheia é difusa e/ou inadequada, substituindo, ao menos em uma primeira instância avaliativa, a obstinação persecutória de incorreções pela firme atitude pedagógica do esclarecimento que possibilite a criação de uma consciência de *autoria intelectual responsável*;
3. Processo de avaliação: Há que estabelecer paralelamente lógicas de avaliação que não ajam como reforço das indistinções acima referidas; a antiga tradição das *avaliações orais* bem conduzidas dos trabalhos, que quando bem aplicadas por professores hábeis transformam-se em verdadeiros e marcantes *diálogos pedagógicos*, é uma alternativa sempre válida que colabora sobremaneira para uma apreciação mais isenta do nível de amadurecimento científico dos estudantes, especialmente quando públicas, e em boa medida exclui a possibilidade de reprodução meramente repetitiva (cópia) ou não autorizada (plágio) de textos alheios.



*A questão das sanções gerais a trabalhos eticamente impróprios ou ilegais*

As sugestões arroladas no presente documento evidentemente não afastam a possibilidade de prática de ilicitudes pertinazes por contraventores, aos quais caberão, além das sanções conforme disposto no Estatuto e Regimento Geral da Universidade, a responsabilização administrativa, civil e penal, quando for o caso, mas evita que uma determinada cultura de frágeis esteios éticos, da qual os estudantes médios são antes vítimas do que executores com plena capacidade de decisão e execução, se encarne exatamente em indivíduos em formação, reforçando a fatal indistinção entre o próprio e o alheio, entre o público e o privado, entre o eu e o outro. Esta indistinção é um dos maiores desafios com os quais tem que se ver a academia brasileira, exatamente porque é um dos maiores desafios da sociedade brasileira como um todo. Atacá-la é uma tarefa essencialmente pedagógica, que tem de ser conduzida em primeira instância por vias solidamente pedagógicas e afinadas com as exigências da contemporaneidade, e pressupõe uma maturidade institucional de que só recentemente a universidade brasileira se tornou capaz. Em suma, trata-se de reforçar a dimensão ético-pedagógica das lógicas de elaboração de trabalhos universitários pelos estudantes, trabalhos estes que, pela sua própria natureza e motivação, têm de ser maximamente íntegros e responsáveis do ponto de vista ético e científico.